

ESTUDO DE CASO SOBRE A INCLUSÃO DA CRIANÇA COM TRAQUEOSTOMIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Jaqueline Rodrigues de Oliveira de Araujo¹
Ednalva Rodrigues de Oliveira²

RESUMO

O presente estudo traz um breve relato de uma criança por nome Davi Lucca, incluso em uma turma de quatro anos de idade em uma Unidade Municipal de educação Infantil no Município de Vila Velha, no ES, a qual leciono há 4 anos. É uma pesquisa de abordagem qualitativa desenvolvida por um estudo de caso. Objetiva-se avaliar na educação infantil a necessidade de articular ações compartilhadas entre educação e saúde no atendimento a criança, como é o caso de Davi Lucca deficiente físico com traqueostomia. Os dados avaliados tomam por base a necessidade de formação continuada de professores articulando educação e saúde, e analisar a prática pedagógica de acordo com a necessidade da criança. Conclui-se que diante da deficiência física em uso de traqueostomia, é importante a contribuição do profissional de saúde em ação compartilhada, quanto aos cuidados distintos que a criança com deficiência requer na educação infantil, para melhor atender a criança em sua integralidade e oferecer uma educação inclusiva de qualidade.

Palavras Chave: Inclusão, Educação, Saúde, Formação de professores.

INTRODUÇÃO

Considerando a saúde e o desenvolvimento integral da criança com deficiência física e neurológica, Davi Lucca, na qual baseia o estudo de caso nasceu no dia 12 de fevereiro de 2015 em Vila Velha/ES, com histórico de gravidez gemelar e prematuridade, portador de displasia bronco pulmonar apresenta lesões pulmonar com quadro de insuficiência respiratória aguda, fez uso de oxigenioterapia por longo período, segue em uso de traqueostomia desde 28/09/2015. Seu diagnóstico mediante laudo médico o impossibilita para o exercício de qualquer atividade laborativa, é uma criança com doença pulmonar crônica, fez uso de diversos medicamentos tais como: vancomicina, salbutamol, corticóide, diuréticos, fenobarbital entre outros ao longo períodos de internação. No atendimento hospitalar foi acompanhado por uma equipe multidisciplinar composta por: pediatra, nutricionista, fonoaudióloga, fisioterapeuta, neurologista, infectologista.

¹Pós graduada, Curso de Pedagogia da Univila -Vila Velha - ES, jackeara@hotmail.com;

²Pós graduada, Curso de Pedagogia da Faculdade de Rede de Ensino Doctun-ES, ednalvaroliveira@hotmail.com;

Incluso na pré-escola em uma turma de quatro anos de idade, com necessidades educativas especiais, deficiência neurológica e comprometimento da fala, possui limitações físicas e sua locomoção é realizada através de cadeira de rodas, reage bem aos estímulos através dos movimentos dos membros superiores (braços) e inferiores (pernas).

Sobre olhares e cuidados de uma cuidadora dedicada e muito atenciosa, que lhe assiste durante o período em que está na educação infantil, Davi se sente acolhido e seguro demonstrando sempre sorriso em sua face.



Figura 1- Com a cuidadora em sala de aula

Quanto à família é comprometida com a socialização de Davi Lucca na escola, mãe tem satisfação em acompanhar o filho na escola e sabe o quanto o ambiente escolar para ele é importante, vem à escola em horários diferenciados para realizar a higienização da traqueostomia a qual o Davi Lucca tem a necessidade de usar.

A traqueostomia é realizada através de uma incisão cirúrgica, é inserida uma cânula na traquéia, na região cervical localização do pescoço, permitindo que o fluxo de ar chegue aos pulmões, facilitando a criança respirar. Geralmente é indicada quando a criança apresenta problemas respiratórios agudos ou doença neurológica que afeta diferentes funções fisiológicas da criança. É um procedimento cirúrgico que demanda uma observação constante

sobre a criança, pois pode apresentar riscos tais como: obstrução da cânula, sangramentos, ocorre excesso de secreção, infecções entre outros riscos.

Diante desses cuidados que a criança necessita na educação infantil atendendo seus direitos de inclusão, me venho a questionar: o docente da sala regular de ensino e do atendimento educacional especializado (AEE) está preparado para receber essa clientela de crianças? É um olhar abrangente voltado não somente para o caso estudado na pesquisa, más, que inclui crianças com outras patologias que estão ingressando na educação infantil, e o que se ouve na fala de muitos docentes sinalizando uma sobrecarga da profissão, que tem assumido papéis que não incumbe a eles: de mãe, pai, psicólogo, médico, serviço social.

Diante de tal situação na explicação de Carlotto (2002), o aumento de responsabilidades exigidas ao professor torna-se um sofrimento, pois em muitas situações, não se tem condições necessárias para solução. A importância da ação compartilhada vem visando um olhar humanizador também sobre o professor e a sua saúde, minimizando stress entre outras complicações. Na opinião de Lorenzini (1992), a contribuição de profissionais da saúde na escola, é um trabalho em equipe que complementa com o trabalho do outro, atendendo a criança em sua integralidade, e por se tratar de crianças com deficiências, nenhuma alteração na criança pode ser tratada isoladamente.

E observando Davi Lucca com traqueostomia, logo veio o entendimento da necessidade de articular conteúdos específicos: educação e saúde no atendimento educacional, e que a capacitação profissional nesse propósito é uma somatória de conhecimento necessário a contribuir para melhor atuação do professor junto à criança. “Reinterpretando e recriando o conhecimento vívido, gerando possibilidades dialógicas de ações transformadoras da realidade”. Freire (1997)

Soma-se então ao presente estudo a minha experiência profissional em saúde como técnica em enfermagem há 17anos, que presenciei pacientes com esse procedimento cirúrgico, e os cuidados necessários que precisavam ser realizados para oferecer um atendimento de qualidade e satisfatório para a recuperação da saúde dos mesmos.

DE ONDE SURTIU A MOTIVAÇÃO PELO ESTUDO DE CASO?

Minha inspiração veio do próprio Davi Lucca uma criança de superação, e de sua mãe uma mulher determinada e otimista que acredita no trabalho dos professores, da gestão, dos cuidadores, estagiários e demais profissionais da instituição, e que a educação infantil é muito importante para Davi Lucca na socialização, na convivência expressando sua singularidade, a conhecer a si mesmo e o outro, conhecer suas possibilidades, aprender a superar frustrações e a lidar com suas limitações desde pequeno.

É neste espaço de aprendizagem que as crianças com deficiência, têm a possibilidade de aprender, brincando assimilam conteúdos, construindo conhecimento através do afeto, socialização e interação, é possível modificar o pensamento excludente que rotula as crianças julgando-as incapazes de estudar, conviver e aprender no coletivo.



Figura 2 - Educação Infantil espaço de interação e convívio no coletivo

Desenvolver estudos com temática inclusão suscita análises, opiniões, debates, críticas, reflexões e para trabalhar a inclusão concordando com Candau (2012), parte de uma valorização positiva do indivíduo e são mobilizadas várias estratégias desconstruindo visões estereotipadas, desenvolvendo a autoestima das crianças. É uma temática ampla articulando o conteúdo: saúde com um olhar diferenciado as particularidades da criança, observando vivências e experiências no contexto da Educação Infantil. A necessidade de busca de novos

referenciais para lidar com novos contextos, novos sujeitos, novas problemáticas no processo de ensino aprendizagem. Candau (2012)

A INCLUSÃO E O PROCESSO DE NORMALIZAÇÃO

Falar de garantia aos direitos humanos, particularmente as crianças com deficiência como ponto de partida tomo por referência a Constituição de 1988 (art. 3º inciso IV) designando promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade, e quaisquer outras formas de discriminação. A educação como um direito de todos é necessário garantir o pleno desenvolvimento da criança com deficiência, afirmando como princípio a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” (art.205). Para Oliveira (2012), cadeirantes não devem ficar fora das brincadeiras, mas sim explorar o espaço pensado para acomodar a sua movimentação na interação com o outro.



Figura 3 - Permanência na rede regular de ensino

Sendo assim, o Estado tem o dever de oferecer o atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, essa proposta vem confirmado também pelo ECA Lei nº 8.069/1990 a criança e ao adolescente portadores de deficiência receberão atendimento especializado. E a Lei nº 9.394 de Diretrizes e Base da Educação

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

Nacional, reforça que seja assegurado esse atendimento as crianças com necessidades especiais no âmbito escolar.

A Resolução CNE/CEB N° 2/2001 (BRASIL, 2001), institui a Educação Especial na Educação Básica como expressa no Art. 1º o atendimento escolar desses alunos terá início na educação infantil nas creches e pré-escolas, mediante avaliação e interação com a família e a comunidade, dessa forma então, implementar uma educação inclusiva, é responsabilidade de todos os cidadãos. Para Carvalho (2007) oferecer uma educação de qualidade e diferenciada não depende somente das políticas educacionais, mas também de recursos financeiros. Para sustentação ao processo de construção da educação inclusiva são primordiais recursos humanos, financeiros e materiais.

REAFIRMANDO OS DIREITOS A INCLUSÃO

Aspirar por uma educação pública de qualidade é o sonho de muitos cidadãos, visto que diversos fatores têm proporcionado resultados negativos no que tange à educação de qualidade e isso tem se tornado uma situação insustentável, que reflete no cotidiano escolar.

Cito alguns marcos legais que defende a proposta do sistema educacional brasileiro, a educação como direito de todos' leis que fortalecem a inclusão: a Constituição Federal (1988) no artigo 208 a educação efetivada garantindo Atendimento Educacional Especializado aos portadores de deficiência, a Declaração de Salamanca (1994), destaca a educação inclusiva uma educação de qualidade menos preconceituosa, menos discriminatória e mais inclusiva, uma educação democrática que todas as crianças com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular.

A LEI n° 9394/96 (LDB) no capítulo V, ressalta a garantia da educação as crianças com Necessidades Educacionais Especiais com início na Educação Infantil, com o decreto 6.571/2008 é introduzido a Educação básica na Perspectiva da Educação Inclusiva. A Lei n° 13.146 (BRASIL, 2015) defende as condições de igualdade para as crianças com deficiência, assegurando e promovendo seus direitos e liberdade, tendo em vista a sua inclusão social e cidadania.

A Educação Inclusiva como uma das medidas governamentais, propõem tornar mais acessível o ingresso das crianças com Necessidades Educacionais Especiais à educação em um sistema único: a escola, que para ser inclusiva precisa acolher as diferenças existentes

entre as crianças. O sistema educacional brasileiro com base nestes documentos incluindo outros, oportuniza a dar mais atenção e assistência às crianças com necessidade educacional especial (NEE), na promoção de uma educação de qualidade que visa o desenvolvimento da criança deficiente por meio do acesso e de permanência na escola.

A EDUCAÇÃO INFANTIL E A INCLUSÃO

Efetivar em um único ambiente todas as crianças diferentes entre si, é a educação infantil na proposta de inclusão. Para Oliveira (2012), um ambiente onde não há padronização e nem exigências de expectativas hegemônicas, a diversidade é um valor que todas as crianças exploram diversas experiências e superam seus limites. A educação infantil é um espaço rico e desafiador possibilitando que a criança desenvolva o seu potencial e a troca de saberes e valores. É nessa expectativa que as crianças e Davi se encontram acolhidos e inclusos no contexto participando da ludicidade existente na educação infantil.



Figura 4 – Davi Lucca minha inspiração pelo estudo de caso

Quem está e vivencia o contexto da educação infantil, tem legitimidade para falar sobre seu cotidiano e analisar na atual conjuntura o acréscimo de crianças com deficiência na

educação infantil, isso traz um repensar na estrutura do contexto da educação infantil no que tange ao espaço, profissionais, acessibilidade, tempo, possibilidade de aprendizagem, proposta pedagógica, recursos pedagógicos, formação de professores, na permanência, e efetivação dos seus direitos conforme suas particularidades e como suas necessidades educacionais e de saúde se apresentam. O princípio da inclusão a ser desenvolvido na Educação Infantil de uma maneira abrangente é através da combinação de atividades pré-escolares e saúde infantil. Declaração de Salamanca (1994).

É favorável a convivência desde a educação infantil as crianças com deficiência, por se mostrar um espaço rico em experiência e conhecimentos para todos os envolvidos, pois no processo de interações as crianças aprendem a conviver com toda forma de inclusão trazendo possibilidades de sua permanência nos níveis mais elevados de escolarização. De acordo com Lima (2006), tal inclusão é o modo ideal de garantir igualdade de oportunidades e permitir que crianças com deficiência se relacionem com seus pares e estabeleça trocas para construir uma sociedade mais igualitária e consciente da necessidade de inclusão.

Para que essa permanência venha acontecer as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (2013), pauta sobre a importância de apoiar as crianças desde cedo ao longo de todas as suas experiências cotidianas na Educação Infantil, estabelecer uma relação positiva com a instituição educacional fortalecendo a auto estima, no interesse e curiosidade pelo conhecimento do mundo com diferentes linguagens na aceitação e acolhimento das diferenças.

No que tange o conhecimento das crianças com Necessidades Educacionais Especiais, requer um envolvimento da família e toda a comunidade escolar, não sendo responsabilidade tão somente do professor da sala regular de ensino e da educação especial, o que é visto essa incumbência recair também sobre o estagiário que ainda está graduando. De acordo com Nascimento (2014), muitas escolas ainda não asseguram uma educação de qualidade, e isso, é preocupante pelo fato de rejeitar a criança com deficiência, uma prática que predomina mais a exclusão do que a inclusão.

A Lei de Diretrizes e Bases, nº 9394/96 (1996) que intitula a Educação Infantil como etapa inicial da educação básica contempla o atendimento às crianças de zero a cinco anos, não especificando características das crianças, mas admitindo e afirmando o atendimento a todas as crianças independente de suas condições físicas.

A escola não pode continuar ignorando o que acontece ao seu redor. Não pode continuar anulando e marginalizando as diferenças culturais, sociais, étnicas nos processos pelos quais forma e instrui os alunos. Afinal de contas, aprender implica ser capaz de expressar, dos mais variados modos, o que sabemos, implica representar o mundo a partir de nossas origens, de nossos valores e sentimentos (MANTOAN, 2003, p. 15).

Haja vista que a escola ocupa a função essencial de promover já nos primeiros anos de vida o desenvolvimento social, cultural, físico e intelectual das crianças garantindo uma Educação Infantil de qualidade.

A FORMAÇÃO DOCENTE E A INCLUSÃO

É relevante formação docente inicial e continuada aos professores que trabalham com crianças com necessidades educacionais especiais, desenvolvendo um olhar humanizador de afeto no processo ensino aprendizagem para que as relações de cuidar e educar não ocorra de forma indissociáveis ou até mesmo hierárquico, o que se percebe no interior das instituições é uma divisão de quem vai ficar com essa criança, como se a criança não tivesse o direito de cuidado e de educação.

As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (2013), vem pautando que cuidar e educar significa compreender com respeito e atenção adequada a criança com deficiência. De acordo, com a Declaração de Salamanca (1994), cada criança tem características, interesses, capacidades e necessidades de aprendizagem que lhe são próprios, e que a elas deve ser dada a oportunidade de obter e manter um nível aceitável de conhecimentos. Nesse sentido, a formação inicial e continuada tem que está articulada com teoria e prática para que o ensino aprendizagem seja significativo para a criança e o professor.

Trabalhar na perspectiva da educação inclusiva é desafio para qualquer professor, pois requer conhecer as possibilidades e as limitações adaptando as atividades as necessidades educativas da criança com deficiência em diferentes situações. A respeito da atuação do professor e sua formação Freitas (2006 p. 173) vai dizer que deve “ocorrer na ótica da educação inclusiva, como formação de especialista, mas também como parte integrante da formação geral dos profissionais da educação, a quem cabe atuar a fim de reestruturar suas práticas pedagógicas para o processo de inclusão educacional”. Na concepção de Pietro (2006) a educação inclusiva exige mudanças na prática docente, traçando um novo perfil de professor e certificando que:

Todo plano de formação deve ser para que os professores se tornem aptos ao ensino de toda demanda escolar. Dessa forma, seu conhecimento deve

ultrapassar a aceitação de que a classe comum é, para os alunos com necessidades, um mero espaço de socialização. (PIETRO2006, p. 60)

A sala de aula é o espaço que abriga a criança com necessidade educacional, é heterogênea e encontramos diversidade de crianças cada uma com sua demanda, e precisamos organizar o planejamento voltado para as necessidades, habilidades, interesses e experiências das crianças. Dessa forma

A aula inclusiva visa responder à diversidade de estilos de aprendizagem na sala de aula; então, qualquer ação de desenvolvimento e aperfeiçoamento de práticas de ensino e aprendizagem de professores para a inclusão deve ajudá-los a refletir sobre formas de levantamento de informações sobre seu/sua/s aluno (a)s e planejamento de diversas atividades que abranjam os estilos de aprendizagem individual. (FERREIRA, 2006, p.231)

Toda aprendizagem requer planejar, e esse planejamento é pensando na criança, visando alcançar objetivos que vá de encontro com as necessidades educacionais, e se tratando de uma clientela que muitas crianças ainda sofrem com a segregação, a ação mediadora afetiva cria condições e possibilidades de mudanças atitudinais, conduzindo o trabalho em sala de aula com sentimento de respeito à diferença, com solidariedade e cooperação.



Figura 5 – Realizando atividades com a professora do Atendimento Educacional Especializado (AEE)

Na educação inclusiva enfrentamos e superamos desafios, na aprendizagem das crianças com necessidades educacionais especiais (NEE) as estratégias no ensino precisam ser

diversificadas e não é uma tarefa fácil para o docente, mas é possível, com a participação de toda equipe escolar. Mesmo com as diferenças quer sejam físicas, cognitivas, psíquicas e biológicas quando existe uma relação solidária e afetiva do professor e em todo o contexto escolar com a criança há condições de aprendizado significativo através da boa auto estima e da motivação, e dessa forma a criança vai se desenvolvendo na medida do possível.

Para Piaget (1992), o desenvolvimento intelectual se dá a partir de estímulos oferecidos através do meio social em que as crianças vivem, ao desenvolver uma relação recíproca com a criança deficiente, o professor tem a oportunidade de perceber nas atividades cotidianas em sala de aula a evolução da criança, suas conquistas, habilidades adquiridas e mudanças de comportamentos significativos. São ações que requer do professor da sala regular de ensino e do professor especializado (AEE), “práticas pedagógicas alternativas com a finalidade de oferecer as crianças o apoio e os suportes necessários para viabilizar a ação pedagógica em ambientes comuns de ensino” Leite(2012).



Figura 6 – Realizando atividades com a professora do Atendimento Educacional Especializado (AEE)

A FAMÍLIA E A INCLUSÃO

Muitas mulheres quando descobre que vai ser mãe, no início da gestação já se preocupam em saber como está acontecendo o desenvolvimento do novo ser dentro dela são muitas incertezas, cito por experiência, a preocupação seria a criança nascer com deficiência

por ser um acontecimento surpreendente. Um filho com deficiência traz alteração em toda rotina familiar, pode provocar diversos conflitos familiares, entre algumas situações a família assume ou não assume a criança omitindo-se diante da realidade.

Há casos em que a família não consegue se adaptar à nova rotina e pelo fato de nãoconseguir manter uma vida saudável e equilibrada diante da situação abandonam a criança. Em algumas situações muitos pais negam a deficiência de seus filhos, não reconhecem a criança como membro da família, o cuidado contemplando as limitações e impossibilidades da criança é um processo árduo que pode ser momentâneo ou permanecer por toda a vida.

De acordo com Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, nº 13.146 (BRASIL, 2015) a criança com Deficiência, tem direito à igualdade de oportunidades à convivência familiar e comunitária, revendo o ECA lei n.º 8.069/ 1990, reforçam os princípios que precisam ser assegurados pela família: direito a uma vida digna com saúde, alimentação, moradia, direito à exercer sua cidadania inserida em uma sociedade democrática e solidária.

Wallon (1995) vem afirmando que a afetividade é um elemento intrínseco que acontece na família, sendo então, necessário a família manter uma relação com a criança estreitamente afetiva permitindo-a se sentir amada no ambiente familiar.

Para autor a criança precisa de um ambiente favorável ao seu desenvolvimento, às suas características. A família então é o lugar certo para ela se sentir bem-vinda, devendo se interessar por tudo o que se refere à existência da criança, em todos os aspectos econômico, social, cultural e biopsicológico.

Diante da clientela de crianças com deficiência que tem chegado à educação infantil, é lícito a preocupação em pensar como desenvolver aprendizagem significativas com criança com deficiência, e que métodos e técnicas vai ser empregados em sala de aula buscando atender o aprendizado dessa criança, visto que cada criança tem o seu ritmo de aprender e, é única com suas particularidades. É importante a presença da família na educação infantil, passando informações necessárias sobre a criança, e participando de um aprendizado compartilhado no intuito de desenvolver as habilidades cognitivas, afetivas, culturais e sociais da criança com deficiência.

O aprendizado compartilhado com a família é uma atitude inclusiva que visa à permanência da criança na educação infantil respeitando conforme Bergamo (2009) o

potencial da criança como sujeito do processo educativo, na qual o trabalho pedagógico é voltado para igualdade de oportunidade na construção do conhecimento.

Giorgi (1980), reconhecendo a função da família na educação das crianças com deficiência vem dizendo que ela é um agente socializador no desenvolvimento psíquico da criança, nela são construídos sentimentos significativos para uma vida com afeto. Observando a presença da família de Davi Lucca na festa cultural realizada na Unidade de Educação Infantil pude observar a alegria da criança em participar da festa junto com seus familiares, é uma criança amada por todos os funcionários e a sua família mantém uma boa relação com a unidade educacional.

ESTRUTURA FÍSICA DO AMBIENTE ESOLAR

A estrutura física da unidade educacional em que trabalho na qual Davi Lucca é incluso tem um ótimo espaço com escadas e rampas para locomoção com cadeira de rodas, facilitando a acessibilidade a todas as crianças. Possui dois pátios adequados as crianças com deficiência em bom estado de conservação, banheiros apropriados as crianças que usam cadeira de rodas, bebedouros de fácil utilização.

A sala de aula em ótima conservação com um bom espaço físico para circulação da criança em cadeira de roda, porta com largura adequada, há precisão de rever os brinquedos contidos no pátio para melhor adaptação e atender as necessidades específicas das crianças, uma sala de vídeo ampla e bem equipada com ar condicionado e pintura delicada nas paredes com armários portando brinquedos novos para uso das crianças.

Foi observado que a instituição com um espaço amplo, não tem sala de recursos multifuncionais para melhor atendimento da professora a criança, que é de suma importância na realização das atividades adaptadas. Para a inclusão se legitimar enquanto educação, o ambiente precisa ser oportuno às aprendizagens infantis, considerando as diferenças individuais existentes. Há que se pensarem reorganizar a educação infantil para atender os diferentes sujeitos nesse contexto seja crianças, docentes, demais profissionais e comunidade em geral. Ao planejar a estrutura escolar é necessário pensar no bem-estar da criança deficiente como direito adquirido, um ambiente que assegura espaços para que a aprendizagem realmente aconteça,

A acessibilidade física é um elemento essencial para a legitimação da inclusão educacional, uma vez que sua natureza é garantir o acesso de todos os alunos, nos mais diversos espaços, com facilidade, autonomia e segurança, sendo um facilitador para a participação de todos nas atividades escolares. (LOPES, CAPELLINI 2015 p. 93)

Garantir a educação infantil como direito tem que se pensar no acesso de todas as crianças, incluindo com deficiência, assegurando condições dignas de permanência na pré-escola. É a estrutura escolar se adaptando às necessidades das crianças no processo de inclusão. A partir do momento que a criança com necessidades educacionais especiais está inserida no espaço da educação infantil é cabível que lhe seja oferecidas condições de aprendizagens adaptadas e nesse sentido o espaço físico onde acontecem as interações infantis e vivências também é adaptado favorecendo a aprendizagem adequada às condições dos pequenos infantes. Dar condições da criança com deficiência experimentar o espaço, também é aprendizado, pois nele a criança se expressa de diversas formas suas emoções.



Figura 7- Interação no espaço da educação infantil

METODOLOGIA

O estudo de caso vem sendo desenvolvido em uma abordagem qualitativa, por ser um método segundo Turato (2003) tem maior força no rigor da validade dos dados coletados,

ênfase na compreensão do fenômeno estudado, na lógica de Spencer (1993) a pesquisa qualitativa pode ser particularmente útil em situações em que variáveis relevantes não são aparentes, proporcionando uma oportunidade para as pessoas revelarem seus sentimentos ou a complexidade e intensidade dos mesmos, o modo como falam sobre suas vidas, a linguagem usada e as conexões realizadas revelam o mundo como é percebido por elas. No estudo de caso qualitativo fornece uma análise mais detalhada das investigações, é realizada leitura do contexto explorando o território.

Tenta-se apreciar uma prática em uma dada situação, observando os efeitos, contextualmente. O que se leva em conta, no Estudo de Caso, é o cenário da situação analisada como um todo abrangente onde o contexto tem uma função integradora e deve ser considerado, pois é único. (ABRAMOWICZ, 1990, p.40)

O estudo de caso tem autorização da mãe da criança, Amanda Telles Oliveira, e para realização foi selecionado referências teóricas de autores que já desenvolveram pesquisas visando um olhar abrangente sobre a criança deficiente articulando áreas do saber: educação e saúde, a fim de promover melhor atendimento educacional especializado a Davi Lucca, pois, seu quadro físico requer um conhecimento em saúde. Para coletar os dados utilizaram-se os exames concedidos pela mãe do Davi Lucca durante períodos de internações, buscando informações precisas sobre seu diagnóstico, além, das observações e registros da inclusão na Educação Infantil.

O referencial bibliográfico vem com a contribuição de estudos que traz com relevância a temática inclusão: ação compartilhada com a educação e saúde cito alguns teóricos: Abramowicz (1990), Lorenzini (1992),Spencer (1993), Wallon (1995),Mantoan (2003), Lima (2006),Carvalho (2007), Candau (2012), Nascimento (2014), entre outros.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para quem está inserido no cotidiano da educação infantil acompanhando o aprendizado da criança com deficiência em uma sala de aula com vinte e cinco crianças, é um desafio para a docência, diante de tal clientela precisamos de conhecimentos que não tivemos na formação inicial e ainda não temos na formação continuada conteúdos relevantes ao estudo proposto. E torna-se mais preocupante ainda, é o trabalho ser diferenciado a cada criança com sua particularidade,de acordo como necessita.Diante da realidade, há primordialidade da

docência se adequar às especificidades do contexto, buscando saberes compartilhados para aprimorar o seu profissionalismo.

Analiso a necessária parceria de atendimentos de outros profissionais tendo em vista que nenhuma alteração pode ser tratada isoladamente uma das outras. De acordo com as observações e registros das atividades e todo trabalho que está sendo realizado com Davi pedagogicamente, são mobilizadas várias estratégias por parte dos professores e da instituição para desenvolver as habilidades cognitivas, afetivas, culturais e sociais da criança com deficiência.

É oportuna a presença da criança com deficiência na educação infantil, espaço de interações em que elas aprendem a conviver com toda forma de inclusão, onde acontecem as interações, vivências, relações solidárias e afetivas do professor, da criança e de todo o contexto. Diante do diagnóstico de insuficiência respiratória aguda em uso de traqueostomia e transtornos neurológicos, a organização do planejamento com atividades voltadas para as suas necessidades, mesmo sendo realizado na sala regular de ensino, tem sido satisfatório possibilitando condições para a permanência de Davi na pré-escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Aspirar por uma educação pública de qualidade é o sonho de muitos cidadãos, e quando se trata da educação inclusiva, requer um olhar abrangente voltado não somente para o estudo de caso, más, que inclui crianças com outras patologias que estão ingressando na educação infantil. Articular ações compartilhadas entre educação e saúde no atendimento a criança deficiente como é o caso de Davi Lucca é de extrema necessidade na busca de novos referenciais para lidar com novos sujeitos.

Portanto a contribuição de profissionais da saúde na escola é uma somatória de conhecimentos necessários a contribuir para melhor atuação do professor junto à criança, articulando educação e saúde infantil no atendimento a criança em sua totalidade. Todo trabalho que está sendo realizado com Davi pedagogicamente, requer conhecer suas possibilidades e limitações, adaptando as atividades as suas necessidades educativas e são mobilizadas várias estratégias por parte dos professores e da instituição para desenvolver as habilidades cognitivas, afetivas, culturais e sociais.

A relação solidária e afetiva da docência e de todo o contexto escolar com a criança, dá condições de aprendizado significativo através da boa autoestima e da motivação, e dessa forma a criança vai se desenvolvendo de acordo com suas possibilidades.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

_____. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: UNESCO, 1994.

_____. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BERGAMO, Regiane B. **Pesquisa e prática profissional: educação especial**. Curitiba: Ibpx, 2009

CARLOTTO, M.S. **A síndrome de burnout e o trabalho docente**. Revista Psicologia em Estudo, Maringa, vol.7, n. 1, jan/jun.2002, p. 1-8.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação Inclusiva: Com os pingos nos “is”**. 5. ed. Porto Alegre: 2007.

FERREIRA, Windyz B. **Inclusão x exclusão no Brasil: reflexões sobre a formação docente**. David Rodrigues (Org.). São Paulo: Summus, 2006.

FRAGNAN, Ricardo. VIANA, Helena Brandão. **Acessibilidade em locais públicos e privados para pessoas com limitações funcionais: um estudo sobre as dificuldades do tetraplégico**. EFDportes.com, Revista Digital. Buenos Aires - Ano 14 - Nº 139 - dezembro de 2009.)

FREIRE P. **Pedagogia da Autonomia. Saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 1997.

FREITAS, Soraia Napoleão. **A formação de professores na educação inclusiva: construindo a base de todo o processo**. RODRIGUES, David (org). Inclusão e educação-doze olhares sobre a educação inclusiva. São Paulo: Summus, 2006

GIMENEZ, Roberto. **A portadores inclusão de indivíduos de necessidades especiais nas aulas regulares de educação física: repensando sobre a prática**. EFDportes.com, Revista Digital. Buenos Aires - Ano 11 - Nº 98 – julho de 2006.

GIORGI, Piero. **A criança e as suas instituições – a família / a escola**. Lisboa: Livros Horizonte, 1980.

LEITE, L. P; MARTINS, S.E S.O. **Fundamentos e estratégias pedagógicas inclusivas: respostas às diferenças na escola**. São Paulo: Cultura Acadêmica, Marília: Oficina Universitária, 2012.

LIMA. P. A. **Educação inclusiva e igualdade social**. São Paulo: AVERCAMP, 2006.

LOPES, J. F; CAPELLINI, V.L. M. F. **Escola Inclusiva**: um estudo sobre a infraestrutura escolar e a interação entre os alunos com e sem deficiência Cadernos de Pesquisa em Educação - PPGE/UFES Vitória, ES.p. 91-105, jul./dez. 2015

LORENZINI, M. V. **O papel do fisioterapeuta em classe especial de crianças portadoras de deficiência física**. Fisioterapia em movimento, v.2, n. 4, p. 17-25, 1992.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

NASCIMENTO. L. B. P. **A importância da inclusão escolar desde a educação infantil**. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 2014.

OLIVEIRA, Zilma Ramos (org.). **O trabalho do professor na educação infantil**. São Paulo: Biruta, 2012. 420p.

PIETRO, R. G. **Inclusão escolar: pontos e contra pontos**. São Paulo: Summus, 2006.

TURATO, E.R. **Tratado da metodologia da pesquisa clínico-qualitativa**. Petrópolis RJ: Editora Vozes, 2003.

WALLON, H. **As origens do caráter na criança**. São Paulo: Artigo: Nova Alexandria, 1995